

**Tabela 18 - Tabela de Impacto e Medidas Mitigatórias – Geração de Resíduos Sólidos.**

Definição do Impacto	Atributo	Detalhamento
Geração de Resíduos Sólidos	Meio	Socioeconômico
	Fase	Implantação
Na implantação da obra, principalmente das obras civis nas áreas comuns haverá geração de resíduos sólidos da construção civil	Natureza	Adverso
	Nível de Certeza	Certeza
	Abrangência	Área Diretamente Afetada
	Magnitude	Médio
	Ocorrência	Imediato
	Duração	Temporário
Medidas Mitigadoras	Reversibilidade	Irreversível
	Implantação de programa de gerenciamento de resíduos sólidos (PGRS)	

**Tabela 19 - Tabela de Impacto e Medidas Mitigatórias – Geração de Emprego.**

Definição do Impacto	Atributo	Detalhamento
Geração de Emprego	Meio	Socioeconômico
	Fase	Implantação
Para implantação da obra serão abertas ofertas de trabalho para empresas terceirizadas, tanto para as obras de infraestrutura como civis e de paisagismo.	Natureza	Benéfico
	Nível de Certeza	Certeza
	Abrangência	Área de Influência Direta
	Magnitude	Fraco
	Ocorrência	Imediato
	Duração	Temporário
Medidas Mitigadoras	Reversibilidade	Irreversível
	Serão abertas licitações para contratação de empresas terceirizadas para execução das obras, dando prioridade a empresas do município.	

## 15. PROPOSIÇÃO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS

Os programas ambientais e planos de monitoramento tem como principal objetivo o acompanhamento e a supervisão da implantação das medidas mitigadoras propostas para os impactos ambientais discutidos no capítulo anterior.

Assim, a proposição destes programas e planos de monitoramento incluem uma rotina sobre as ações de caráter ambiental, ou com potencial poluidor executadas nas atividades de implantação do condomínio de lotes em estudo, a fim de garantir a eficácia na prática das medidas citadas e o cumprimento das legislações vigentes, com ênfase nas ambientais.

Tais planos e programas de monitoramento têm como objetivo acompanhar o empreendimento de forma a certificar se as medidas de mitigação adotadas estão sendo eficientes, sugerindo alterações nos planos de controle ambiental, caso seja necessário. Os resultados deverão ser apresentados em relatórios periódicos a esta fundação.

Os programas ambientais sugeridos neste estudo para o empreendimento em tela deverão ser detalhados através de um PBA – Plano Básico Ambiental, a ser apresentado a esta fundação durante a fase de licenciamento de implantação (LAI).

### **15.1. PROGRAMA DE GESTÃO E SUPERVISÃO AMBIENTAL**

O Programa de Gestão e Supervisão Ambiental deve ser entendido como uma diretriz que abrange e orienta o andamento de todos os demais programas ambientais. Este programa otimizará o gerenciamento na totalidade das atividades executadas, garantindo que as etapas de implantação e operações do empreendimento e das áreas associadas sejam efetuadas dentro do que foi estabelecido. Esse Plano possui também o objetivo de fiscalizar a efetividade dos referidos programas, projetos e as medidas mitigadoras de controle e proteção ambiental propostos para o empreendimento.

A finalidade deste programa, de forma geral, é o gerenciamento de todos os demais programas ambientais. O resultado de suas ações será registrado através da emissão de relatórios periódicos para o órgão licenciador.

O responsável pela implantação deste programa será o empreendedor que deverá ser executá-lo com um profissional devidamente habilitado.

### **15.2. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Como forma de dar visibilidade às intenções do empreendimento durante a fase de implantação, tanto para os funcionários da obra quanto para a comunidade local, deverão ser elaborados e confeccionados materiais publicitários educativos, criada uma ouvidoria, além da realização de palestra com os funcionários da obra antes do início da mesma.

### **15.3. PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL DA OPERAÇÃO DE MÁQUINAS**

Durante a implantação do empreendimento, deverão ser adotadas medidas de minimização de possíveis transtornos no que diz respeito a manutenção e organização da funcionalidade de vias de tráfego, ciclovias e passeio de pedestres, para que estes não sofram prejuízos com o andamento das obras de implantação. Deve-se dar especial atenção a estas medidas no intuito de não interferir de forma negativa no cotidiano da população da área de influência do empreendimento.

#### **15.4. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E EFLUENTES**

Para a proposição das ações de gerenciamento de resíduos sólidos gerados no âmbito do empreendimento, todas as etapas da geração de um resíduo devem ser consideradas. Vale ressaltar que as ações executadas devem ser mantidas e sempre que possível aperfeiçoadas, seguindo o compromisso com a melhoria contínua assumida pelo empreendedor.

Entre os potenciais impactos ambientais causados pela disposição inadequada de resíduos estão a contaminação da água, do solo devido a geração de chorume, mau cheiro e possível proliferação de doenças por atrair animais e insetos vetores de doenças. Nesse sentido, a execução de controles ambientais e o respeito às normas vigentes é muito importante na minimização destes impactos.

Para a definição das diretrizes do programa de gerenciamento de resíduos sólidos do empreendimento, é necessário que se faça uma caracterização dos mesmos. Os resíduos deverão ser caracterizados quanto a origem, quantidade, periculosidade e destino final. No empreendimento em questão, essa caracterização se dará em duas etapas. A primeira etapa, durante a fase de implantação do empreendimento, onde são gerados principalmente, os resíduos provenientes da construção civil (madeira, plásticos, papel, tijolos, papelão, embalagens plásticas de descartáveis, latas e etc.); resíduos provenientes da alimentação dos funcionários da obra (restos de alimentos, marmitex, copos e garrafas plásticas usadas, etc.); resíduos provenientes dos sanitários existentes; manutenção de máquinas; entre outros. E a segunda fase onde serão considerados os resíduos provenientes das residências (resíduos sólidos urbanos) e de manutenção do empreendimento como restos de podas, e jardinagens.

#### **15.5. PROGRAMA DE CONTROLE DE EROSÃO**

Este programa visa minimizar potenciais transtornos no local da obra e entorno devido ao carreamento de sedimento e erosão de encostas. Essas medidas contribuem para a prevenção de acidentes e para evitar o assoreamento do Rio. Para minimizar possíveis processos erosivos na implantação da obra deverão ser tomadas medidas a serem detalhadas em fase elaboração do projeto executivo dos programas de monitoramento.

#### **15.6. PROGRAMA DE CONTROLE DA ALTERAÇÃO DA QUALIDADE DO AR**

Este programa tem como objetivo orientar a adoção de medidas que visem controlar a qualidade do ar, através da utilização de técnicas que minimizem a emissão de particulados finos gerados, por exemplo, pelo trânsito de veículos pesados transportando material a granel.

#### **15.7. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DO PAISAGISMO E ARBORIZAÇÃO URBANA**

Como adoção de medidas de minimizar o impacto paisagístico e para conservação e atração de animais nativos dispersores de sementes será implantado projeto de paisagismo para o empreendimento tendo como prioridade a utilização de espécies nativas com frutos atrativos para a fauna local, principalmente espécies da avifauna, mais abundantes na área em estudo.

#### **15.8. PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE SUPRESSÃO VEGETAL E RESGATE DE EPÍFITAS**

Tal programa de monitoramento deverá ser realizado por profissional habilitado (biólogo, engenheiro florestal ou agrônomo) visando direcionar o sentido da supressão, além de realizar o resgate de epífitas e o respectivo transplante das mesmas para áreas de vegetação adjacentes.

#### **15.9. PROGRAMA MONITORAMENTO E AFUGENTAMENTO DA FAUNA**

O conhecimento ainda escasso sobre a fauna brasileira, o seu papel ecológico na manutenção dos ecossistemas, além da sua vulnerabilidade frente aos diversos tipos de pressões antrópicas, enfatiza a necessidade de estudos mais aprofundados sobre este grupo em inventários e diagnósticos ambientais. Estes estudos consistem em um processo sistemático de coleta e análise de dados ambientais, visando à avaliação qualitativa e quantitativa dos recursos naturais ao longo do tempo, permitindo identificar tendências ou mudanças associadas a modificações no ambiente estudado. Neste contexto, o monitoramento de fauna representa uma ferramenta de controle e avaliação, sendo importante na detecção de impactos ambientais de curto e longo prazo, permitindo assim a proposição de medidas futuras que possam contribuir para a minimização de possíveis impactos.

O corte de vegetação para implantação do condomínio de lotes deverá ser realizado no sentido dos fragmentos de vegetação remanescentes próximos e iniciado pela limpeza do sub-bosque visando o

afugentamento da fauna, sendo que, o processo deverá ser monitorado por biólogo acompanhado de ART - Anotação de Responsabilidade Técnica.

#### **15.10. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS PELOS PROGRAMAS AMBIENTAIS**

Para implantação dos Programas Ambientais supracitados a empresa incorporadora disponibilizará de equipe técnica habilitada, esta será definida no PBA – Plano Básico Ambiental a ser apresentado a esta fundação na fase de obtenção da LAI – Licença Ambiental de Instalação.

#### **16. RESUMO E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O empreendimento em tela, ainda em fase de estudos preliminares, está sendo planejado em forma de condomínio industrial. Localizado com frente para a BR-101, bairro Volta Grande, Município de Itajaí, o terreno onde se pretende implantar o empreendimento está localizado em zona industrial do município com fácil acesso pela BR 101 a todas as regiões do estado.

O condomínio industrial está sendo projetado em área total de 296.956,58 m<sup>2</sup>, sendo: 37.607,09 m<sup>2</sup> de área verde; 3.324,25 m<sup>2</sup> de área de preservação permanente (APP); 108.071,35 m<sup>2</sup> de galpões; 66.180,02 m<sup>2</sup> de pátios; 54.934,22 m<sup>2</sup> de sistema viário e 26.839,65 m<sup>2</sup> áreas de apoio. O mesmo deverá ser entregue com infraestrutura completa, tais como: determinação geométrica com piquetes dos lotes e das áreas públicas; sistema viário implantado; pavimentação das vias e passeios; rede de esgoto; drenagem pluvial; rede de energia elétrica; galpões e sistema de iluminação pública de vias e áreas verdes e comuns.

A área em estudo encontra-se localizada na região hidrográfica do Vale do Itajaí, Bacia hidrográfica do Rio Itajaí, Microbacia Canal da Lagoa, fazendo divisa na sua porção norte com o rio da Lagoa. No interior do imóvel foram identificadas valas de drenagem implantadas com a finalidade de escoamento das águas superficiais, possibilitando o uso comercial do mesmo para pecuária, incluindo pontos para dessedentação, e silvicultura

No que tange a geologia, a região onde está inserida a área de estudo encontra-se no domínio da planície costeira, tendo como unidade geológica principal o Depósito Fluvial, na forma de uma planície de inundação, cujos sedimentos tipicamente aluviais foram acumulados indiferenciadamente durante todo o Quaternário. O Depósito Fluvial ocupa cerca de 90% do imóvel, sendo terreno plano. Infere também na geologia da área de estudo, em pequena porção da região norte do imóvel, o sistema Cristalino/sedimentar de

idade do Pré-Quaternário, de Embasamento Indiferenciado, formado pela unidade litoestratigráfica do Grupo Itajaí, Formação Gaspar.

O reservatório freático da região apresenta as características de um aquífero granular, razoavelmente homogêneo, de fluxo livre, composto maciçamente por um intervalo deposicional sedimentar. Nas sondagens, observa-se a ocorrência do lençol d'água nas interfaces entre materiais geológicos com características de permeabilidades distintas (como areia/argila, turfa/argila e argila arenosa/argila).

Em relação a vegetação, a área em questão apresenta duas fitofisionomias distintas a saber, são elas: (i) Transição entre Floresta de Restinga e Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas (11,67 ha); (ii) Vegetação herbácea com indivíduos arbóreos isolados (18,02 ha).

O estrato (i) trata-se de fragmento florestal que ocupa menos da metade da extensão total do imóvel concentrado nos fundos da gleba. A formação florestal no local é condizente com Transição entre Floresta de Restinga e Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas, sendo que, nos pontos amostrados, a mesma se encontra bastante preservada, estando por vezes sob solo hidromórfico.

No interior de tal fragmento foram identificadas duas espécies arbóreas ameaçadas, são elas: *Euterpe edulis* considerada “Vulnerável”, conforme Portaria MMA nº 443/2014 e *Calophyllum brasiliense* (olandi), espécie considerada “Criticamente ameaçada” conforme Resolução CONSEMA nº 51 de 05 dezembro de 2014.

Os resultados obtidos no levantamento fitossociológico e inventário florestal para os parâmetros de interesse, indicam que o fragmento de vegetação secundária no interior do imóvel é condizente com **Transição entre Floresta de Restinga e Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas secundária em estágio médio de regeneração.**

Já o estrato (ii) ocupa mais da metade da área da gleba e fica concentrado na parte da frente da gleba. Tal formação no local é composta predominantemente por espécies vegetais herbáceas ruderais exóticas do gênero *Urochloa* spp. (braquiária), além de espécies nativas pertencentes as famílias Poaceae, Ciperaceae e Asteraceae e regeneração de indivíduos arbóreos.

Em relação a fauna, em campo realizado no mês de fevereiro de 2019, foram registradas 08 espécies de anfíbios, 02 espécies de reptéis, 73 (setenta e três) de aves e 02 (duas) espécies de mamíferos de médio e grande porte. Nenhuma das espécies encontra-se ameaçada de extinção conforme lista estadual e federal.

Referente a infraestrutura no entorno da gleba, cabe destacar que, mesmo após o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) - Lei Complementar Nº 085 de 17 de agosto de 2010, o qual foi

novamente discutido no ano de 2014, o município de Navegantes ainda não possui rede de coleta e tratamento de esgoto, sendo o tratamento dos efluentes realizado de forma individual e posteriormente lançado na rede de drenagem.

No que tange ao zoneamento, o mesmo é condizente com a proposta apresentada, estando a área em estudo inserida em zona urbana do município, sob Macrozona Urbana de Indústrias e Serviços 2, conforme Lei Complementar nº 55 de 22 de julho de 2008 que institui o código urbanístico de Navegantes-SC.

Em pesquisa realizada junto ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e conforme vistoria in loco, não existem registros da ocorrência de sítios reconhecidos de valor histórico, cultural, ou vestígios arqueológicos, históricos ou artísticos nos arredores e na Área de Estudo.

Por fim, quanto as restrições ao uso do solo, foram identificadas: Área de Preservação Permanente – APP no entorno da margem sul do rio da lagoa; a presença de espécimes vegetais ameaçados de extinção e fragmento de vegetação secundária em estágio médio de regeneração (Lei de proteção do bioma Mata Atlântica).

Com base nos laudos contidos no presente EAS – Estudo Ambiental Simplificado, tem-se que os impactos causados pela implantação do empreendimento são mitigáveis e desde que sejam cumpridas todas as exigências legais, implantados os programas de controle ambiental propostos e seguidas as recomendações contidas no presente estudo, não há impeditivo quanto a implantação do Condomínio Industrial proposto.

## **17. REFERÊNCIAS**

### **17.1. REFERÊNCIAS GERAIS**

CAVALCANTE, F. 2014. Comunidades Planejadas. ADIT. São Paulo.

OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 24, n. 2, p. 277-300, jul./dez. 2007.

APREMAVI. 2009. O Parque Nacional das araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta: Unidades de conservação da Mata Atlântica. Rio do sul: APREMAVI. 72p.: il.; 27 cm.

### **17.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO MEIO FÍSICO**

EMBRAPA. (1999). Sistema brasileiro de classificação de solos. Rio de Janeiro, 412.

EPAGRI (1978). Zoneamento agroclimático do estado de Santa Catarina. Porto Alegre, Ed. Pafloti.

AUMOND (2006). Juarês José. Geologia e Paleoambiente. In: Bacia do Itajaí: Formação, recursos naturais e ecossistemas. EDIFURB: 2005. p. 20-44 (no prelo).

CPRM. 2016. Relatório Anual – 2006, Geologia. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Informacao-Publica/Relatorios-Anuais/Relatorio-Anual---2006-757.html>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. 2004. Solos do Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Embrapa Solos, 745p. (Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, 46)

### 17.3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA VEGETAÇÃO

ANGIOSPERM PHYLOGENY GROUP (A.P.G.). 2003. An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants: APG IV. Bot. J. Linnean Soc. 141: 399-436.

BRASIL. 2014. Instrução Normativa 06 de setembro de 2008. Apresenta a Lista oficial das espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção. Ministério do Meio Ambiente, Brasília.

BRASIL. Lei Federal nº 12.651, 25 de maio de 2012. Brasília.DF

CONAMA - CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. 1994. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 04 de abril de 1994. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/frlegis.htm>.

CONAMA - CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. 1999. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 261 de abril de 1999. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/frlegis.htm>.

DAVIS Jr., R.A. & FITZGERALD, D.M. Beaches and Coasts. 1ª ed. Blackwell Publishing, 2004, 419p.

FAMAI, 2017. Unidades de Conservação. Disponível em: <http://famai.itajai.sc.gov.br/l/unidades-de-conservacao#.WY3iY1GGPIU>. Acesso em: 11 de agosto de 2017.

FILGUEIRAS, T.S.; NOGUEIRA, P.E.; BROCHADO, A.L. & GUALA II, G.F. 1994. Caminhamento: um método expedito para levantamentos florísticos qualitativos. Cadernos de Geociências 12: 39-43

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2004a. Mapa da Vegetação do Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Geociências.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2004b. Vegetação. Carta de Joinville. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Geociências. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE. 1995. Manual Técnico de Geomorfologia. Rio de Janeiro, IBGE. Manuais Técnicos em Geociências, 5, 112p.



ICMBio. PARNA da Serra do Itajaí. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2194-parna-da-serra-do-itajai>. Acesso em: 07 de agosto de 2017

KLEIN, R. M. 1978. Mapa fitogeográfico do estado de Santa Catarina. Flora Ilustrada Catarinense, parte V: Mapa fitogeográfico. Herbário "Barbosa Rodrigues", Itajaí, Brasil, 24pp.

KLEIN, R.M. 1979. Ecologia da flora e vegetação do Vale do Itajaí. Sellowia 31 (31): 9-164.

KLEIN, R. M. 1984. Aspectos dinâmicos da vegetação do Sul do Brasil. Sellowia 36: 5-54.

KLEIN, RM. "1990" [1992], 1996, 1997. Espécies raras ou ameaçadas de extinção.

REITZ, R. 1961. Vegetação da zona marítima de Santa Catarina. Sellowia 13 (13): 17-115.

REITZ, R.; KLEIN, R. M.; REIS, A. Projeto Madeira de Santa Catarina. Sellowia, Itajai, v. 30, n. 28/30, p. 9- 292, 1978.

RIZZINI, C. T. 1979. Tratado da fitogeografia do Brasil. Hucitec & Ed. da USP. v.2.

SANTA CATARINA 1997. Secretaria do Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Bacias Hidrográficas de Santa Catarina: diagnóstico geral. Florianópolis: Secretaria de desenvolvimento Sustentável, 163 p.

SIMINSKI, A. 2009. A floresta do futuro: conhecimento, valorização e perspectivas de uso das formações florestais secundárias no estado de Santa Catarina. Florianópolis. Tese de doutorado. 153 p.

SCHILLING, A. C. BATISTA, L. F. 2008. Curva de acumulação de espécies e suficiência amostral em florestas tropicais. Revista Brasil. Bot., V.31, n.1, p.179-187, jan.-mar.

SOUZA, J. M.; MARASCHIN, F.; CARRIAO, S. L.; ANTUNES, E. N.; PINTO, E. S. P. Sistema de Mapas para a Web do Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina. Epagri/Ciram, 2012. Disponível em: <<http://ciram.epagri.sc.gov.br/siffsc/>>. Acesso em: 5 out. 2017.

SPG – Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Santa Catarina. 2010. Implantação do Plano Estadual

#### **17.4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA FAUNA**

ALBUQUERQUE, J. L. B. & BRUGGEMANN, F. M. A avifauna do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Santa Catarina, Brasil e as implicações para a sua conservação. Acta Biológica Leopoldensia, 18 (1): 47-68. 1996.

BECKER, M. & DALPONTE, J. C. Rastros de mamíferos silvestres brasileiros. Brasília: Edunb. 1991.

BÉRNILS, R. S. & COSTA, H. C. (org.). Brazilian reptiles – List of species. Curitiba: Sociedade Brasileira de Herpetologia. 2011. Disponível em: <<http://www.sbherpetologia.org.br/>>. Acesso em: 04 mar. 2011.

BirdLife International. *Phylloscartes kronei*. The IUCN Red List of Threatened Species. Version 2014.2. <[www.iucnredlist.org](http://www.iucnredlist.org)>. Downloaded on 07 August 2014. 2013.

BORGES, P. A. L. & TOMÁS, W. M. Guia de rastros e outros vestígios de mamíferos do Pantanal. Corumbá: Embrapa Pantanal. 2004.

CBRO. Lista das aves do Brasil. Brasília: Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos. 2014. Disponível em: <<http://www.ib.usp.br/cbro>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

COLLAR, N. J.; CROSBY, M. J. & STATTERSFIELD, A. D. Birds to watch 2: The world list of threatened birds. Cambridge: ICBP. 1994.

CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente)- SANTA CATARINA. Resolução No. 002, de 06 de dezembro de 2011. Reconhece a Lista Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção no Estado de Santa Catarina e dá outras providências. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS, 2011.

CREMER, M. J. & GROSE, A. V. Aves do estuário da Baía da Babitonga e litoral de São Francisco do Sul. Joinville: Editora Univille. 2010.

CREMER, M. J.; GROSE, A. V.; HILLEBRANDT, C. C.; DIAS, C. P.; CERCAL, E. J.; AGE, E. C. Baía da Babitonga. In: VALENTE, R. M.; SILVA, J. M. C.; STRAUBE, F. C. & NASCIMENTO, J. L. X. (Eds.). Conservação de aves migratórias neárticas no Brasil. Belém: Conservação Internacional. 2011.

DEVELEY, P. F. Métodos para estudos com aves. Pp.153-158. In: CULLEN, L.; RUDRAN, R.; VALADARES-PADUA, M. (Eds.). Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida Silvestre. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná. 2006.

DEVELEY, P. F. & MARTENSEN, A. C. As aves da Reserva Florestal do Morro Grande, Cotia-SP. Biota Neotropica, vol. 6, n. 2, p. 1-16. 2006

FROST, D.R. Amphibian Species of the World: an Online Reference. Version 5.5 (31 de janeiro de 2011). New York: American Museum of Natural History. 2009. Disponível em: <<http://research.amnh.org/herpetology/amphibia/index.php>>. Acesso em: 10 mai. 2012.

GHIZONI-JR., I. R. & AZEVEDO, M. A. G. 2010. Registros de algumas aves raras ou com distribuição pouco conhecida em Santa Catarina, sul do Brasil, e relatos de três novas espécies para o Estado. *Atualidades Ornitológicas*, 154. 33-46. Mar/Abr.

GHIZONI-JR, I. R.; FARIAS, F. B.; VIEIRA, B. P.; WILLRICH, G. SILVA, E. S.; MENDONÇA, E. N.; ALBUQUERQUE, J. L. B.; GASS, D. A.; TERNES, M. H.; NASCIMENTO, C. E.; ROOS, A. L.; COUTO, C. M. C.; SERRÃO, M.; SERAFINI, P. P.; DIAS, D.; FANTACINI, F. M.; SANTI, S.; SOUZA, M. C. R.; SILVA, M. S.; BARCELLOS, A.; ALBUQUERQUE, C. & ESPÍNOLA, C. R. R. Checklist da avifauna da Ilha de Santa Catarina, sul do Brasil. *Atualidades ornitológicas On-line* nº 171. 2013.

GREGORIN, R. Taxonomia e variação geográfica das espécies do gênero *Alouatta* Lacépède (Primates, Atelidae) no Brasil. *Revista Brasileira de Zoologia*, v. 23, n. 1, p. 64-144, 2006.

GUSSONI, C. O. A. Novas informações sobre a história natural da maria-da-restinga (*Phylloscartes kronei*) (Aves, Tyrannidae). Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista. 2010.

IBAMA. Lista da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. Brasília: IBAMA. 2014. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/fauna>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

LEWINSOHN, T. M. & PRADO, P. I. 2002. Biodiversidade brasileira: síntese do estado atual do conhecimento. Contexto Acadêmica, São Paulo, 176p.

NAKA, L. N. & RODRIGUES, M. 2000. As aves da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: Editora da UFSC, 294pp.

NAROSKY, T. & YZURIETA, D. Guía para la identificación de las aves de Argentina y Uruguay. Buenos Aires: Vazques Mazzini Editores. 1987.

OLIVEIRA-SANTOS, L. G. R., GRAIPEL, M. E., TORTATO, M. A., ZUCCO, C. A., CÁCERES, N. C., GOULART, F. V. B. Abundance changes and activity flexibility of the oncilla, *Leopardus tigrinus* (Carnivora: Felidae), appear to reflect avoidance of conflict. *Zoologia* 29 (2): 115-120. 2012.

PATRIAL, E. W. Lista das Aves da Reserva Volta Velha, Itapoá, Santa Catarina, Brasil. 2006. Disponível em: <<http://www.reservavoltavelha.com.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

PATRIAL, E. W.; SANTOS, R. F. & CARRANO, E. Composição e conservação da avifauna no litoral norte de Santa Catarina. In: XII Congresso Brasileiro de Ornitologia, 2004, Blumenau. Livro de resumos... Blumenau: Sociedade Brasileira de Ornitologia, 2004.

REIS, N. R.; PERACCHI, A. L.; PEDRO, W. A. & LIMA, I. P. (Eds.). Mamíferos do Brasil. Londrina: Nélío R. dos Reis. 2006.

ROSARIO, L. A. As aves em Santa Catarina: distribuição geográfica e meio ambiente. FATMA. Florianópolis. 1996.

SEGALLA, M. V.; CARAMASCHI, U.; CRUZ, C. A. G.; GARCIA, P. C. A.; GRANT, T.; HADDAD, C. F. B & LANGONE, J. Brazilian amphibians – List of species. Accessible at <http://www.sbherpetologia.org.br>. Sociedade Brasileira de Herpetologia. Captured on 01/02/2013. 2012.

SICK, H. Ornitologia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Franteira. 1997.

SICURO, F. L. & OLIVEIRA, L. F. B. Skull morphology and functionality of extant Felidae (Mammalia: Carnivora): a phylogenetic and evolutionary perspective. Zoological Journal of the Linnean Society, v. 161, n. 2, p. 414-462, 2011.

SIGRIST, T. Aves do Brasil oriental. São Paulo: Avis Brasilis. 2007.

WACHLEVSKI, M. & ROCHA, C. F. D. Amphibia, Anura, Restinga of Baixada do Maciambu, municipality of Palhoça, state of Santa Catarina, Southern Brazil. Check List 6 (4): 602-604. 2010.

WACHLEVSKI, M. M. Comunidades de anfíbios anuros em duas fitofisionomias do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, estado de Santa Catarina. Tese de doutorado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes. 151p. 2011.

WACHLEVSKI, M.; ERDTMANN, L. & GARCIA, P. C. A. Anfíbios anuros em uma área de Mata Atlântica da Serra do Tabuleiro, Santa Catarina. Biotemas, 27 (2): 97-107. 2014.

WEKSLER, M.; PERCEQUILLO, A. R. & VOSS, R. S. Ten new genera of oryzomyine rodents (Cricetidae: Sigmodontinae). American Museum Novitates, n. 3537, p. 1-29, 2006.

WIKIAVES- A enciclopédia das Aves do Brasil. Aves do município de Palhoça. 2014. Disponível em: <<http://www.wikiaves.com.br/>>. Acesso em: 25 junho 2014.

WILLRICH, G. Lista do Parque Estadual do Tabuleiro [com. pess.] 2014.

## 17.5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO MEIO SÓCIOECONÔMICO

IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros 2006.



---

IBGE, Censo Demográfico 2010.

IBGE, Estimativas de População, 2015.

## **18. ANEXOS**



---

### 18.1. ART'S